



MR 030. Políticas patrimoniais, relações de poder e formas de resistência no universo das culturas populares

Coordenador(es):

Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Participantes:

Lady Selma Ferreira Albernaz (ufpe)

Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP)

Luciana de Oliveira Chianca (UFPB)

Debatedor/a:

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (IFCS/UFRJ)

O substrato comum das questões que perpassam as comunicações propostas nesta mesa-redonda advém da relativamente recente extensão das políticas públicas de patrimônio cultural ao heterogêneo universo das expressões historicamente reconhecidas como populares ou folclóricas. Tal movimento, impulsionado pela Constituição Federal de 1988 e pelas subseqüentes normativas concernentes ao patrimônio cultural de natureza imaterial, trouxe para o universo em tela uma série de inovações relativas às dimensões de produção, significação, circulação e gestão de festas, brincadeiras, espaços, formas expressivas, saberes e fazeres, até então regidas, principalmente, sob formas de organização tradicionais. O mesmo movimento ensejou, por parte das instituições patrimoniais, a adoção de metodologias participativas de formulação, implementação e avaliação das políticas setoriais. Logo, ao passo que instituições oficiais buscam considerar critérios “nativos” em seus processos decisórios, grupos populares se apropriam de modos institucionalizados de tomar, registrar e validar decisões. Em que pese ao caráter mais ou menos dialógico das esferas interinstitucionais assim construídas, e a despeito de seus eventuais resultados positivos, a ininteligibilidade, a dissonância e a divergência lhes são inerentes, e, assim, conduzem a novas formas de resistência, enfrentamento e organização no universo das culturas populares, como se pretende abordar nesta mesa.

Arte popular, patrimonialização e políticas de cultura: interações e discursos a partir do ?Encontro de Artesãos? do Programa Sala do Artista Popular/CNFCP

Autoria: Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP)

Esta comunicação objetiva uma reflexão sobre as políticas de cultura voltadas para as artes e culturas populares. Seu ponto de partida é o “Encontro e Artesãos”, ação promovida como parte do Programa Sala do Artista Popular/CNFCP, voltado para a valorização das artes populares no Brasil. Seu objetivo é o de reunir, ao longo de uma semana, artesãos de diversas regiões do país para troca de experiências entre si sobre temas ligados à sua produção. As discussões que surgiram destes encontros são relevadoras sobre as percepções destes atores sociais sobre os impactos das políticas de cultura e suas imbricações com questões como sustentabilidade, os contrastes entre valor de simbólico e de mercado, gênero e a cada vez mais complexa rede de agentes e instituições com quem negociam de suma relevância para pensar sobre os mundos de arte, patrimônio e cultura na atualidade.

Ficou faltando: notas sobre a complementação de registro da capoeira em Pernambuco (Pesquisa Iphan-UFPE).



Autoria: Lady Selma Ferreira Albernaz (ufpe)

O work reflete sobre uma pesquisa, solicitada pelo IPHAN/Pernambuco e realizada por uma equipe da UFPE, para a complementação do Dossiê de Registro da Forma de Expressão Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre, já publicado com base em estudos feitos em Salvador, Rio de Janeiro e Recife. A investigação procurou novos dados históricos e antropológicos para atender o pleito e as críticas da comunidade de capoeira pernambucana. Aqui me debruço sobre os seguintes aspectos: o processo de negociação metodológica; a formação da equipe de pesquisa de antropologia e história; as questões mais abstratas das subjetividades de capoeiristas, técnicos e acadêmicos, cujas experiências e habilidades se cruzaram ao longo da pesquisa. As conclusões, embasadas na antropologia, mostraram as dificuldades de pôr em prática a interdisciplinaridade; o diálogo de saberes; e, o acordo entre as burocracias.

Patrimônio, silêncio e batucada: história e memória num

Autoria: Luciana de Oliveira Chianca (UFPB)

As políticas de patrimônio nacionais repercutiram com especial ressonância nas universidades durante a vigência do PROEXT, quando em João Pessoa (PB) realizamos uma Oficina de educação patrimonial com o Piollin, associação de arte-educação juvenil num bairro social e economicamente desfavorecido da cidade; o Roger. Um Inventário Participativo identificou as referências culturais do bairro e ao final, o grupo realizou uma La Ursa carnavalesca com batucada, desfilando ruidosamente pelo bairro que abriga vários centros de umbanda, jurema, e grupos carnavalescos ou juninos. Mas na Oficina, a história colonial não despertou interesse no Piollin, apesar de sua sede estar nas ruínas de um Engenho de cana de açúcar do século XIX. Como a produção da memória, fundamental à dimensão coletiva do patrimônio, se relaciona com experiências coletivas de sofrimento, em detrimento da "memória feliz"?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: